

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.880 - SP (2019/0262722-4)

AGRAVANTE : TRIÂNGULO DO SOL AUTO ESTRADAS S/A
ADVOGADO : CRISTIANO AUGUSTO MACCAGNAN ROSSI - SP121994
AGRAVADO : DEPARTAMENTO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
ADVOGADO : MÁRIO AUGUSTO VIVIANI JÚNIOR - SP185327

DECISÃO

O Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara - DAAE ajuizou ação contra Triângulo do Sol Autoestradas S/A e outros objetivando a reparação do dano ambiental e dos prejuízos ocasionados pelos réus, bem como apresentação de plano de ação para sanar a intervenção em trecho da Rodovia Washington Luiz, a fim de evitar erosão maior e não atingir a rede de água e esgoto que passa pelo local.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao recurso dos réus e deu provimento ao interposto pelo autor, modificando parcialmente a sentença de procedência dos pedidos (fls. 449-451), nos termos assim ementados (fl. 561):

ACÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. INDENIZAÇÃO. Construção de galeria para solucionar o problema de inundações em rodovia gerou erosão na margem do rio, com inundação das áreas de mata nativa no entorno, o que acabou comprometendo a rede de água e esgoto mantida pelo autor, que abastasse os bairros da região, sendo necessária inclusive a adoção de providências imediatas para evitar um prejuízo maior. Nulidade da r. sentença por falta de fundamentação afastada, assim como do laudo pericial, que constatou os danos ambientais e a ineficácia das medidas adotadas pela Concessionária ré, além de atestar a viabilidade das providências propostas pelo autor. Condenação confirmada. Danos materiais. Ressarcimento. Omissão pode ser sanada por esta Colenda Corte (art. 1013, § 3º, III, do CPC). Pretensão concedida. Honorários advocatícios. Refixação determinada com base no art. 85, § 3º, do CPC. REJEITADAS AS PRELIMINARES, RECURSO DA RÉ DESPROVIDO E PROVIDO O DO AUTOR.

Triângulo do Sol Autoestradas S/A interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 371, 468 e 473 do CPC/2015, sob o fundamento de que não houve adequada valoração da prova pericial produzida, na medida em que questionável a imparcialidade do perito judicial nomeado, que respondeu de forma vaga aos quesitos formulados pela recorrente, tendo, inclusive, em um deles, copiado trecho da petição inicial para ser utilizado como resposta.

Após o oferecimento de contrarrazões (fls. 601-610), o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fl. 623), tendo sido

interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Em relação à indicada violação dos arts. 371, 468 e 473 do CPC/2015, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 564-566):

[...]

Além disso, tampouco há de ser reconhecida a invalidade do laudo pericial, pois foi claro em atestar o dano ambiental cometido com a construção da galeria pela Concessionária. Também não deixou dúvida de que a obra, apesar do eventual licenciamento ambiental, não era adequada para sanar o problema e que isto tampouco foi corrigido em relação ao que foi realizado pela recorrente por conta da liminar concedida.

Como bem apontou o Ministério Público:

“Ratificou, outrossim, que as obras realizadas, a título de cumprimento da tutela de urgência, não foram satisfatórias, pois já comprometidas pela força das águas, além de não atender ao plano traçado pela requerente, segundo o qual a obra deveria consistir na construção de um muro de gabião. Ademais, demonstrou a necessidade de implantação de dissipador de energia (fls. 1004/1044).”

Quanto à omissão dos quesitos, observou devidamente o Parquet que: “ao contrário do alegado, o senhor perito respondeu, sim, a todos os quesitos apresentados pela requerida no momento oportuno a fls. 832/834. Os demais quesitos, de fls. 1001/1003, foram apresentados sem determinação judicial que os permitissem fazer parte dos autos, já que o último despacho que os precederam apenas intimou as partes da data da realização da perícia (fls. 877). A requerida postulou prova sem permissão judicial para tanto. Quis, na verdade, criar situação de suposta nulidade, o que não pode encontrar solo fértil nesse momento processual, razão pela qual também merece ser afastada” (fl. 1247).

Além do mais, se a apelante sabia qual a melhor medida a ser adotada para resolver a situação, deveria tê-la colocado em prática, mas está claro que o muro de concreto construído pela recorrente está sofrendo infiltração, tendo sido constada a presença de trincas e queda de partes do mesmo (fl. 1026).

Assim, as providências que adotou, apesar do dispêndio econômico, foram ineficazes, não podendo suas meras alegações servirem de arrimo para afastar o plano de ação proposto pela equipe técnica da autora, que consiste em combater a erosão causada pelo ataque das águas, protegendo o talude com um muro de gabião, vale dizer, um tipo de estrutura armada, flexível, drenante, de grande durabilidade e resistência, cuja viabilidade foi ratificada pelo laudo pericial:

“j) a colocação de gabiões é uma solução que aparenta ser viável, fazendo com que a vegetação volte progressivamente ao local e “segurando” a encosta, evitando o

desbarrancamento” (fl. 1027).

E isto tudo porque ao realizar as obras da galeria, “houve grande preocupação com a parte estrutural do bueiro novo quanto à solidez e estabilidade, entretanto entende-se falta de um estudo adequado em relação ao meio ambiente no sentido de: - se apurar adequadamente o volume de água que iria passar pelo bueiro novo em épocas de chuvas (cheias do rio); - ausência de preocupação se haveria desvio do curso do rio, assoreamento ou impacto ambiental; - se prever a possibilidade de ruptura do emissário;” (laudo pericial - fl. 1034), o que, a propósito, é corroborado pelas respostas da CETESB (fl. 798) e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Araraquara (fl. 801).

Assim, inegável seu dever de proceder à realização da obra conforme determinado, bem como a recuperação do meio ambiente.

[...]

Nesse sentido, tendo o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, concluído pela regularidade do laudo pericial, para se deduzir de modo diverso, na forma pretendida no apelo nobre, seria necessário o revolvimento do mesmo acervo documental já analisado, procedimento vedado em sede de recurso especial, por óbice da Súmula n. 7/STJ, que assim dispõe: “*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*”.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. 1. PREVENÇÃO. COMPETÊNCIA RELATIVA. ALEGAÇÃO TARDIA. ART. 71, § 4º, DO RISTJ. 2. SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO NÃO CONFIGURADA. INEXISTÊNCIA DE TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE AS PARTES. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Dispõe o § 4º do art. 71 do Regimento Interno desta Corte que “a prevenção, se não for reconhecida, de ofício, poderá ser arguida por qualquer das partes ou pelo órgão do Ministério Público, até o início do julgamento”. Contudo, se não for suscitada a prevenção até o início do julgamento do apelo extremo - entendimento este que se aplica também às decisões monocráticas proferidas pelo relator -, mas apenas na interposição do agravo interno, tem-se por preclusa a questão.

2. É vedado em recurso especial o reexame das circunstâncias fáticas da causa, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ: “A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial.” 2.1. Na hipótese, o Tribunal de Justiça, soberano no exame do acervo fático-probatório dos autos, concluiu que não foi configurada a suspeição. Assim, não é possível rever esta conclusão ante o óbice do enunciado de súmula supramencionado.

3. Não cabe a condenação ao pagamento de honorários advocatícios recursais no âmbito do agravo interno, conforme os critérios definidos pela Terceira Turma deste Tribunal Superior nos EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de 8/5/2017.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1372756/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE UM DOS FUNDAMENTOS ADOTADOS PELA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA PARCIAL. UTILIZAÇÃO DE MEIO ADEQUADO PARA ARGUIÇÃO DA SUSPEIÇÃO DO PERITO. CONSTATAÇÃO DA PARCIALIDADE DO EXPERT. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Inviável a apreciação do agravo interno que deixa de atacar, especificamente, um dos fundamentos da decisão agravada referente à consonância do acórdão recorrido com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, incidindo, quanto a esse ponto, a Súmula 182/STJ.

2. A revisão das conclusões adotadas pela Corte de origem, a fim de verificar se foi utilizado o meio próprio para a arguição da suspeição do perito judicial e a constatação da própria suspeição do expert, demanda novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência incompatível com a via do recurso especial, conforme a Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

(AgInt no AREsp 711.020/GO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 26/04/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, § único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, §11, do CPC/2015, majoro a condenação da verba honorária fixada na origem para 9% (nove por cento), sopesado, para a definição do *quantum* ora aplicado, o trabalho adicional realizado pelos advogados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator